

## **DESARQUIVANDO A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: A IDEOLOGIA DO *JORNAL DAS FAMÍLIAS***

Valdiney Valente Lobato de Castro <sup>1</sup>

Germana Maria Araújo Sales<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A noção de arquivo tem sido compreendida, comumente como mero acervo material. No entanto, em análise a textos de Nora, Foucault, Derrida e Pecheux é possível ampliar a concepção atrelando à idéia de memória. Assim, há um aprofundamento do conceito, na medida em que se torna possível tanto ampliar a idéia de arquivo, atingindo relações com o discurso, quanto analisar as ideologias que as fontes carregam enquanto memória produzida. Diante desse prisma é que se propõe a reflexão de partes – editorial, ilustração, capa, seções, expediente – do *Jornal das Famílias*, publicado por Garnier, no Rio de Janeiro (1863 a 1878). O estudo do periódico revela a preocupação com a moralização e com a instrução da mulher para ser boa esposa e mãe, representação passiva, fruto da sociedade patriarcal da época.

**Palavras-chave:** *Jornal das Famílias*. Mulher. Arquivo.

### **ABSTRACT**

The archive notion has been understood comumente as mere material quantity. However, in analysis the texts of Nora, Foucault, Derrida and Pecheux are possible to extend the conception atrelando to the memory idea. Thus it has a deepening of the concept, in the measure where if it in such a way becomes possible to extend the archive idea, reaching relations with the speech, how much to analyze the ideologies that the sources load while produced memory. Ahead of this prism it is that the reflection of parts - publishing, illustration, layer, sections, expedient - of the *Jornal das Famílias* is considered, published for Garnier, in Rio de Janeiro (1863 the 1878). The study of the periodic one it discloses to the concern with the moralização and the instruction of the woman to be good wife and mother, representation submissa and passive, fruit of the patriarchal society of the time.

**Keywords:** *Jornal das Famílias*. Woman. File.

## **ENTRE IDEOLOGIAS E “VERDADES”: A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE ARQUIVO**

A sacralização do tempo nunca foi tão evidente quanto agora: vive-se em uma luta crescente para congelar o passar das horas em uma tentativa de não desperdiçar nenhum milésimo de segundo. Este momento de velocidade aliado ao desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Doutorado em Estudos Literários da Universidade Federal do Pará, email valdiney.castro@uvaamapa.com.br

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, possui doutorado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), email: gmaa.sales@gmail.com

tecnológico, que o homem moderno produziu, gerou um excesso de informações que a memória humana não consegue conter. Exatamente por isso que surgem, a todo instante, diversas invenções capazes de manter as lembranças. E os meios tecnológicos maximizaram as possibilidades de guardar as recordações, o que sempre foi de grande interesse: assim passou-se do antigo diário para as facilidades da multimídia, o que legou a possibilidade de não apenas conservar as reminiscências, mas também de alterar fotos e vídeos, manipulando os resíduos físicos em que se guarda a memória, modificando-a de acordo com a vontade do sujeito que arquiva as lembranças.

Diante disso a compreensão do termo arquivo precisa ser ampliada. A apreensão que se tem, usualmente, do termo é voltado para uma abordagem histórica, sendo a “acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro” (PAES, 2002, p. 16). A organização do acervo, o cuidado com a classificação e a aplicação de métodos para preservá-lo são necessários nesse caráter funcional que o senso comum legou ao arquivo.

Heloísa Liberalli Bellotto (2004), considera arquivo nessa visão de pesquisadora e afirma que a organização do arquivo é a espinha dorsal para a montagem da tradição das instituições. Nesta definição, entende-se o arquivo como instalação das recordações, recuperação de dados próprios de um órgão, onde se encontram documentos diversos para preservar a memória coletiva. Assim todas essas pistas do passado, que foram conservados pelo homem ou pelo tempo, passam a ser chamadas de fontes e servem de material de trabalho, principalmente para o historiador.

Esse profissional baseia-se nesses documentos para reconstruir informações do passado, por isso é necessário que seja examinado o máximo de material possível para se compreender a coerência em que ele foi escrito. Os dados que se têm não são o conjunto do que existiu, mas o que restou do que foi registrado, após escolhas e seleções diversas ao longo do tempo por aqueles que detêm o controle e guarda da documentação.

Assim são apenas vestígios, isto é:

indício daquilo que foi perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu... sem deixar vestígio – todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado. (ROUSSO, 1998, p. 17)

Lowenthal (apud JARDIM, 1995) associa o conceito de indícios à idéia de relíquias, afirmando que estas são resíduos de processos passados, requerendo interpretações, à luz do presente, para melhor compreendê-los.

Com isso esses documentos são conservados e depois desenterrados para servir de elemento de informação. Paul Ricouer, em sua obra *A memória, a história e o esquecimento* afirma que já que o arquivo pode ser lido e consultado, ele serve como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente se tem distinguido do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental (2007, p. 177). A aproximação dos termos vestígios, indícios, relíquias e rastros caracterizam os fragmentos residuais que se tem do passado, o que mais uma vez reforça a concepção de incompletude que todo arquivo, de qualquer forma, será.

Pode-se com isso criar um abismo entre o que o autor do documento quis dizer, as imagens que o documento representa e a leitura que os historiadores farão dele. Daí a necessidade de ampliar a compreensão do termo arquivo, sendo não apenas como um depósito de vestígios, mas também como um lugar de memória. Exatamente por isso que Jacques Le Goff (1984) relaciona os documentos a monumentos, visto serem heranças do passado, que carregam marcas da memória coletiva de um povo. Assim, ampliando o termo, os arquivos deixam de ser apenas um armazém de vestígios do passado para estarem atrelados ao conceito de memória; daí não ser entendido o arquivo apenas como um museu, mas sim como algo que perpassa pela subjetividade daquele que tenta desvendá-lo. São dados do esforço da sociedade que consciente ou inconscientemente guardam imagens, registros, indícios, vestígios, rastros (para usar os diferentes termos aqui mencionados) dos papéis sociais que eram (ou são) desenvolvidos. A recordação de muitos fatos do passado não existe mais, daí ser preciso de lugares de memória para manter a lembrança do que se acredita que já não existe, a fim de bloquear o esquecimento. Pierra Nora assim se refere ao tratar dos lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumados guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1993, p. 25)

Parece inevitável, neste momento, relacionar, na esteira dessa concepção de arquivo, a relação entre memória e história. A história tem sido entendida como o estudo – quase sempre incompleto e muitas vezes equivocado – da memória coletiva. O campo histórico preocupa-se em reconstruir o que não existe mais, sendo uma representação do passado. Para fazer a retomada dos fatos passados o historiador precisa ter um olhar detalhista e analítico, olhando cientificamente para os arquivos, por esse olhar objetivo os fatos históricos são apresentados como não pertencendo a ninguém, sendo de caráter universal. O caráter evolutivo da memória, sempre dinâmica, opõe-se a isso:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 13)

A citação de Pierre Nora permite perceber o aspecto abstrato da memória, que se constitui a todo instante, reafirmando lembranças anteriores, renegando-as ou reconstruindo-as, daí não está presa ao passado, mas no presente que está sempre sendo ressignificado.

A história sempre necessitou dos registros de memória, por isso a obsessão pelos arquivos. É a partir deles que os homens tentam desvendar o passado a fim de ampliar seu conhecimento sobre o presente. E este tem sido, conforme dito no início deste texto, uma das grandes características deste século: nunca se produziu tanto arquivo quanto agora. No passado quem produzia os arquivos eram a Igreja, o Estado e a família, mas sempre guardavam as memórias que interessavam a eles ou as manipulavam de acordo

com a ideologia que lhes era favorável. Servem como exemplos os arquivos reais de Portugal, presentes na Torre do Tombo, onde o rei solicitava ao guarda-mor que escrevesse as narrativas para serem guardadas. Os acontecimentos eram tão fantasiosos que há registros de rei lutando e vencendo, sozinho, exércitos inteiros, leões, dragões, tudo o que pudesse projetar uma imagem de um rei muito superior a seus súditos.

A história, assim, apresenta a concepção de arquivo como a da guarda da memória coletiva em geral, mas os desafortunados, muitas vezes são esquecidos. É exatamente por isso que Foucault considera arquivo não como um documento que repassa uma verdade absoluta:

Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se ter lembrança e manter a disposição. Trata-se antes e, ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas seguindo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo, que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas, em suma, que se há coisas ditas – e somente estas –, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz (FOUCAULT, 2007, p. 54)

Para Foucault o arquivo está marcado pela ideia da discursividade: está marcado pelas escolhas daquele que seleciona, são discursos organizados. Ele rejeita tanto a concepção de arquivo como “soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida quanto à compreensão de: instituições que em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se ter lembrança e manter a livre disposição”. Com isso, o filósofo francês não apenas desmitifica o endeusamento que se tem atribuído aos arquivos de modo geral, como se opõe à própria ideia de arquivo como um lugar de autoridade e legitimidade, visto ser necessário investigar então quem selecionou os documentos, que ideologias eles representam e quais as negam, com que intuito eles foram arquivados, entre outras indagações.

Um bom exemplo desse trabalho com arquivo, nessa concepção, é o que Arlette Farge desenvolveu na Biblioteca do Arsenal, em Paris. Ela estudou as *lettres de cachet* (cartas pelo cárcere) do século XVIII, essas cartas eram documentos que as famílias endereçavam ao rei solicitando a prisão de algum de seus membros que tivesse maculado a honra. A historiadora, em parceria com Foucault, publicou *Le desordre des familles: lês lettres de cachet desarchives de La Bastille*, onde abordou temas então pouco nobres, e até mesmo considerados pouco acadêmicos pela tradição universitária, os quais se tornaram objeto de seu interesse: a pobreza, as emoções dos personagens marginalizados que emergiram à história, os excluídos, o povo. A imersão no arquivo possibilita o derruir daquilo que a ciência erigiu, pondo a inteligência em alerta, mostrando a fraqueza de toda metodologia geral ou definição teórica prévia. Em seu livro *O sabor do arquivo* a autora assim pondera: “os arquivos são os instrumentos de inteligência da história”(FARGE, 2009 p.51). São singulares e complexos, na razão direta em que são saboreados. É preciso desvendá-los em sua materialidade. Definir os “fundos de arquivos”, ressalta Farge, “felizmente não esgota nem seus mistérios nem sua profundidade” (2009, p.12).

A concepção de que o arquivo guarda uma desconfiança perpassa também pela obra de Derrida que se opõe a compreensão do arquivo como um museu, lugar de guardar o que está esquecido, um artefato estático e fixo. Essa percepção considera como uma massa documental fixa e congelada baseada apenas no passado, sem que o presente e o futuro sejam pensados. Isso é o que integra a maior parte das instituições hoje: a preocupação apenas com o excesso de matéria, de material, de documentos e objetos. O filósofo francês Jacques Derrida é contra a ideia de conservatório, o que denomina de “mal de arquivo”. Ele se baseou na concepção de Freud em que memória é um traço, um arquivo, uma escritura, que para o psicanalista está associado a um estado de culpa. Derrida (2001) repensou esse conceito construindo uma relação entre a ideia de mal-estar e o arquivo, criando a partir daí, a concepção de mal de arquivo.

Esses lugares de memórias geram quase sempre o mal do arquivo: em que os documentos são tratados com um endeusamento, repletos de verdade e autoridade. É necessário – e Foucault mostra exatamente essa necessidade de tratar os documentos não como verdades absolutas mas resultado de um processo discursivo – a

presentificação da memória, a subjetividade, a reflexão. Muitas fontes acabam sendo tratadas como repositórios, virando um museu de um museu.

Ainda nessa relação entre memória e arquivo, compreendendo este último não apenas como um aspecto material Michel Pecheux (1982) desloca o termo relacionado acervo a teoria do discurso. Para ele quando as pessoas falam, as palavras estão carregadas de sentido, já marcadas por significados construídos a partir de relações sociais, assim há uma memória – um arquivo – na enunciação dos sujeitos. Essa memória não é física como nos planos material e institucional, mas discursiva: para as palavras fazerem sentido é preciso compreendê-las dentro de um contexto tanto social quanto histórico, isto porque na linguagem há indícios de uma ideologia e da memória, o que deve ser percebido. A compreensão do entendimento de arquivo além da compreensão comum, mas sim regido por uma ideologia daquele que o produz, que está interessado em repassar o seu conceito de verdade é fundamental para a leitura que se fará a seguir.

### **A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO JORNAL DAS FAMÍLIAS**

O francês Baptiste Louis Garnier publicou, no Brasil, a Revista Popular de 1859 até 1862. O periódico abordava assuntos variados como economia política, romances, poesia, agricultura, esboços biográficos, colonização, filologia, ciências naturais, dentre outros.

Apesar de não obter muito sucesso, a boa receptividade e a regularidade do periódico incitaram Garnier a editar o periódico *Jornal das Famílias* em janeiro de 1863, que faz enorme sucesso e deslumbra as leitoras brasileiras até 1878.

Esse novo periódico tinha, no mínimo, cerca de 32 páginas ricamente ilustradas, imagens coloridas e formato in folio 8<sup>3</sup>. A publicação era feita em Paris. Há diversas razões para a edição acontecer fora do Brasil, Hallewell (1985) diz que a firma dos irmãos, na França, barateava os custos e dava melhor qualidade à produção. Além disso, o público tinha grande interesse pelos produtos franceses e com a introdução do navio a

---

<sup>3</sup> Esse formato é de acordo com a dobra do papel de impressão: quando a folha é dobrada uma vez, gera quatro páginas, e quando dobrada duas vezes, gera oito páginas com tamanho 27 x 17 cm.

vapor, nas rotas do Atlântico Sul, a viagem para a Europa reduziu-se de 75 para 22 dias, o que não comprometia a entrega no prazo estipulado.

Havia, com isso, dois endereços para a assinatura: rua do Ouvidor, 69, Rio de Janeiro e rua de l'Abbaye, 14, em Paris. A assinatura anual custava 10\$000 para o Rio de Janeiro e Niterói e 12\$000 para as províncias, o número avulso era vendido a 1\$000. Esses preços foram mantidos durante todos os anos de edição. O valor elevado sugere que a circulação do periódico era restrita somente àqueles que podiam pagar pela assinatura.

O tempo entre a escritura dos textos até o recebimento pelos leitores, que durava mais de um mês, não envelhecia as notícias, visto que informar não era o objetivo do jornal. Além disso, a edição, em Paris, possibilitava que a seção de moda apresentasse as últimas tendências da capital francesa. No final do jornal, havia um suplemento com desenhos de bordados e crochê e os modelos dos cortes dos figurinos exibidos nas ilustrações.

O jornal sobrevivia de assinaturas, não contava com anúncios. Apenas em setembro de 1875 há uma propaganda do leite antephelico de Candés. Só o que se divulgava no jornal eram os livros editados por Garnier e os últimos exemplares que chegavam a sua livraria para venda.

Existiam muitos colaboradores para as seções. Alguns famosos como Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo, mas na maioria, eram políticos, funcionários públicos, padres, senhoras da elite e professores que garantiram a existência do jornal por tantos anos.

Maria Helena Câmara Bastos ao estudar as seções do periódico afirma que ao todo foram 59 colaboradores divulgados<sup>4</sup>. Dentre esses, há destaque para Paulina Philadelphia, Victoria Colona e Maria Inagcia Magna, mulheres que colaboravam em seções como Anedotas, Poesia, Mosaico e Economia Doméstica.

---

<sup>4</sup> Alexandra Pinheiro comparou as alterações que foram ocorrendo ao longo dos anos na lista dos colaboradores e, após perceber que alguns colaboradores não entravam na listagem divulgada pelo próprio jornal, chegou à conclusão de que deveriam existir os colaboradores oficiais, que mantinham uma regularidade na publicação de seus textos e outros, que colaboravam esporadicamente. Assim, há provavelmente, mais nomes de colaboradores do que a lista de divulgação apresentava.

Entre as seções do jornal havia algumas fixas e outras que foram, ao longo dos anos, sendo modificadas. Quatro seções estiveram presentes em todas as edições publicadas: “*Romances e Novelas*”, “*Mosaico e Anedotas*”, “*Poesias*” e “*Modas e trabalhos*”. Entre essas, as duas que mais faziam sucesso eram “*Romances e Novelas*”, que abria o jornal e “*Modas e trabalhos*”, a última seção, que era acompanhada por um suplemento de moldes.<sup>5</sup>

Diante da leitura, a seguir, de partes do acervo, pode-se perceber que a leitura do arquivo permite compreender a proposta ideológica do periódico e as relações sociais do público leitor a que se destinava.

## **RECEITAS DE INSTRUÇÃO: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO JORNAL DAS FAMÍLIAS**

No primeiro editorial o novo periódico era assim anunciado:

O benigno acolhimento com que foi sempre recebida, durante cinco anos completos, a Revista Popular já pelo público desta Corte, já pelo das demais províncias do império, é credor da cordial gratidão que, com prazer, lhe tributamos. Ao seu auxílio devemos certamente a coragem com que encaramos todas as dificuldades que apareceriam contra o bom desempenho do nosso cargo. Os nossos leitores sabem que, bem ou mal, não comprometemos uma só vez a pontualidade da revista.

Hoje, mais corajosos do que antes, convencidos de que auxílio não nos abandonará, e por isso mesmo que desejamos corresponder-lo de algum modo mais plausível, resolvemos sob o novo título do Jornal das Famílias, melhorar nossa publicação.

Mais do que nunca dobraremos os nossos zelos na escolha dos artigos que havemos de publicar, preferindo sempre os que mais importarem ao país, à economia doméstica, à instrução moral e recreativa, à higiene, numa palavra, ao recreio e utilidades das famílias.

Literatura amena, algumas ilustrações, muitas gravuras, desenhos à aquarela coloridos, moldes de trabalhos de croché, bordados, lã, tapeçaria; figurinos de modas; peças de música inéditas; para o qual tem contratado os melhores artistas (Jornal das Famílias, janeiro de 1863)

Pela redação sugere-se que o novo jornal é uma continuação da *Revista Popular*, no entanto, há evidente distinção entre os dois. O primeiro era destinado a um público

---

<sup>5</sup> Maria Helena Câmara Bastos em seu artigo *Leitura das Famílias Brasileiras no século XIX: o Jornal das Famílias (1863-1878)* trata especificamente das seções do periódico e elabora um gráfico onde mostra a quantidade de publicações de cada seção por ano.

mais amplo enquanto o segundo é destinado especificamente para as mulheres leitoras, a periodicidade foi alterada e a organização das seções também, além da inserção de novos colaboradores e de novas seções. Ainda é preciso perceber que o novo jornal é anunciado como uma edição melhorada, isto porque, destina-se exclusivamente à formação familiar tendo um foco específico distante da variedade temática do periódico anterior.

No recorte também já se anunciam os assuntos que serão comuns no novo empreendimento: narrativas, poesias, culinária, higiene e moda, que revelam a *instrução moral* que o jornal pretendia.<sup>6</sup> Há ainda a ser considerado que esse editorial refere-se às famílias e não especialmente a mulher, apesar dos assuntos serem claramente de interesse do público feminino.

Em 1864, com um ano de atividade, o periódico lança novo texto:

Um ano.(...) Envidamos todos os esforços, não nos poupamos a despesas e sacrifícios afim de dar aos leitores e sobretudo às gentis leitoras que se dignam dispensar conosco algumas horas e lançar os olhos às páginas que escrevemos, um volume nítido, variado, elegante, digno de ornar, pela amenidade de seus artigos, pela perfeição de seus desenhos, pelo fino de suas gravuras, pela delicadeza de sua impressão, as estantes dos literatos, os gabinetes dos artistas, e o perfumado camarim de nossas amáveis leitoras. Que cumprimos a missão a que nos comprometemos, prova-o o acolhimento em extremo lisonjeiro que recebemos do público, acolhimento que, a continuar, como esperamos, nos permitirá a realização de diversos melhoramentos que temos em mente, já na parte material, já na parte literária ou intelectual.(Jornal das Famílias, janeiro de 1864)

O cuidado com que o jornal é tratado permite com que se compreenda a razão de seu sucesso. Apesar de não haver condições de levantar a quantidade dos exemplares publicados, o texto revela a boa acolhida que o periódico teve e lança informações quanto às alterações que iriam ser feitas nas seções das próximas edições.

O jornal que se define como: elegante, com artigos amenos, desenhos perfeitos, gravuras finas, impressões delicadas projetam ideia de requinte e encanto, estabelecendo perfeita relação com os termos *gentis* e *amáveis*, referindo-se às leitoras,

---

<sup>6</sup> Construir um periódico destinado exclusivamente ao público feminino não foi uma inovação do Garnier. A revista O Espelho Diamantino – Periódico de política, literatura, Belas Artes, Teatro e Modas dedicado às senhoras brasileiras editada por Pierre Plancher, em 1827, é a primeira revista feminina no Brasil segundo Maria Helena Camara Bastos em *Leitura das Famílias Brasileiras no século XIX: o Jornal das Famílias* (1836-1878)

os quais permitem a percepção da imagem de passividade e obediência da mulher, a quem o jornal pretendia instruir.

Em fevereiro de 1869, depois de sete anos de publicação, essa mesma representação da mulher leitora pode ser percebida em novo editorial:

Por esta ocasião permitam-me VV.Ex., que lhe digamos duas palavras sobre o modo por que temos desempenhado as nossas promessas e esperanças que nutrimos de aperfeiçoar o nosso programa. Graciosos romances têm sido publicados em nossas colunas nos seis anos de existência que já contamos, e parece-nos que nem uma só vez a delicada susceptibilidade de V. E. tem sido ofendida. Anedotas espirituais e morais têm por certo causadoo prazer que as pessoas de finíssima educação experimentam nesse gênero de amena literatura, e mais de uma vez conseguiram dissipar as névoas da melancolia que se haviam acumulado nas belas frentes de nossas leitoras. (Jornal das Famílias, fevereiro de 1869)

*Graciosos e amena* são termos utilizados para referir-se à literatura, sempre mostrada como mecanismo de moralização, o que é reforçado pela preocupação em não ofender a leitora de *finíssima educação*, mas sim *dissipar as névoas da melancolia*, realçando a literatura como distração, um veículo apenas de entretenimento.

Todos os leitores eram estimulados a colaborar para o jornal:

As pessoas que quiserem honrar este jornal com a sua collaboração terão a bondade de remetteros seus artigos, em carta fechada, á comissão da Redacção do Jornal das Famílias, **rua do Ouvidor, 65, livraria de B. L. GARNIER, Rio de Janeiro, ou em Paris, rua de l'Abbaye,14**. Aceitão-se sobretudo com prazer os artigos instrutivos e que tratarem de economia domestica, hygiene e interesses do Brasil; esses artigos, porém, não poderão mais ser reclamados por seus autores, ainda quando por qualquer motivo deixem de ser publicados (*Jornal das Famílias*, agosto de 1877, p. 37 – grifo, maiúscula e linguagem mantidas conforme o periódico)

Não havia garantia de publicação dos artigos que eram enviados e havia preferência pelos artigos instrutivos, que tratassem de temas direcionados para a formação da mulher. Essa concepção torna-se ainda mais evidente quando se percebe que vários colaboradores eram padres ou pessoas ligadas à Igreja, o que tanto reforça o caráter católico, casamenteiro do jornal quanto o torna mais adequado para a questão moral, o que certamente lhe garantia a venda.

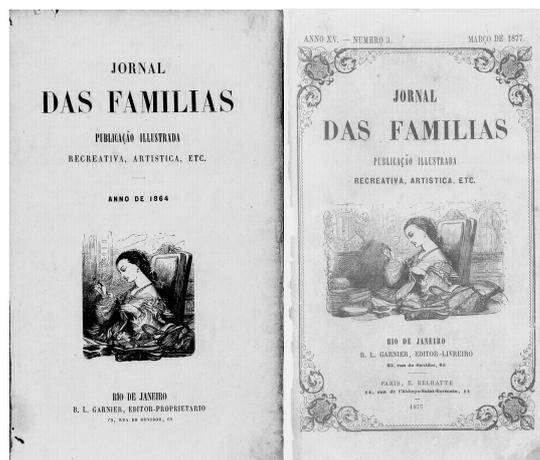
Esses colaboradores, assim como grande parte dos demais, legaram ao jornal muitos textos em que reproduziam os valores católicos do bom casamento. Era comum

haver narrativas que eram histórias bíblicas reescritas de forma romanceada, por exemplo.

A preocupação com a moralização e com a instrução da mulher para ser boa esposa e mãe é a tônica do jornal que:

mesmo editado por homens, demonstra preocupação em satisfazer mesmo que sob a ótica masculina, aos anseios de suas leitoras. Elas não são informadas sobre as conquistas alcançadas pela mulher em todo o mundo, mas são retratadas pela iconografia e pelas cartas de redação como efetivadas leitoras, que precisam ser educadas para dar ordens às criadas, que desejam ser informadas sobre as últimas tendências da moda de Paris e que precisam ler literatura para se distrair e para aprender com os sucessos e fracassos das protagonistas das narrativas. Enfim lendo e se informado, seriam melhores mães e esposas. (PINHEIRO, 2007, p. 98)

Esse intento estava presente na própria capa do jornal, que durante seus dezesseis anos de existência, manteve a mesma ilustração: uma mulher sentada, em meios a utensílios de costura, muito à vontade, com os olhos atentos em sua tarefa<sup>7</sup>. Abaixo há a capa de 1864 e a de 1877, esta última tem os endereços (no Brasil e na França) para a correspondência, a ampliação da ilustração com detalhes da rica casa da mulher e o contorno com desenhos bem trabalhados.



Fonte: *Jornal das Famílias* (janeiro de 1864 e março de 1877)

<sup>7</sup>Muitos historiadores afirmam que as mulheres leitoras no Brasil do século XIX eram burguesas e que o trabalho manual quase não era realizado por elas, visto que existiam os escravos que realizavam todo o trabalho e com o surgimento das pequenas lojas o centro urbano passou a vender chapéus, rendas e vários outros ornamentos decorados.



menina sugere o papel da mãe que apresenta sua filha à sociedade. As imagens presentes nessa seção eram, em sua maioria, copiadas de um jornal francês.

A seção “*Economia Doméstica*” tratava exatamente dessa preparação para a mulher que iria administrar o lar. Nessa seção, que inicia em 1865, há receitas culinárias, dicas para tomar cuidados e economizar na cozinha, noções de etiquetas, remédios caseiros, informações quanto à higiene necessária em um lar, enfim todas as lições importantes que uma boa dona de casa devia ter.

Mas parece que o medo dos perigos do casamento moderno já assombravam as leitoras. Victoria Colonna publica um texto intitulado *Os casamentos de hoje*, em junho de 1875. No início a autora ataca os casamentos prematuros, organizados muito cedo, como se os pais quisessem abdicar de sua responsabilidade em criar suas filhas, transferindo-as para o marido, afirmando que “*há demasiado açodamento em casar as moças*” (p.21). Ela ataca os consórcios matrimoniais armados em que as meninas muito novas casam sem conhecer bem o marido e informa, contrariamente ao texto visto anterior do padre Manuel Bernardes, que o dinheiro “é um poderoso auxiliar para a harmonia do casal, as d’ahi a considerar[mos] optimo um consórcio só porque um dos noivos, ou ambos, teem bens da fortuna, dista muito.” (p.22). Até esse momento o texto parece desfazer a imagem submissa e obediente da mulher que as demais seções apresentavam. No entanto, ao concluir, a autora aconselha aos pais que eduquem mais tempo suas filhas para que elas possam aprender mais sobre o trabalho a fim de conhecerem melhor sobre a educação doméstica que iriam realizar após o casamento.

Há uma rejeição em vários artigos publicados nessa seção à imagem da mulher progressista. No texto *Fragmentos de um livro*, de Maria Amalia, há uma crítica feita aos romances que apresentam imagens de mulheres a frente de seu tempo:

O romance moderno, o romance d’essa escola que se apraz em endeosar os vícios e em sustentar como peregrinas as theses mais absurdas, são flagelos que se lanção no seio da sociedade.

E, de facto, qual o bom senso que não repugna esse realismo de madame Bovary, essa febre de Ferrnanda, de Dumas; das Cortezãs, de Balzac; de Jacques e Valentina, de madame Jorge Sand?

Eu quizera que por uma vez se abolissem esses livros perigosos das mãos inexperientes, esses filtros damninhos que tanto corrompem a alma, como corrompem também o coração.(Jornal das Famílias, dezembro de 1864, p. 15)

Considerar os romances modernos como *filtros damnhos*, demonstra a ameaça que a representação da mulher que não se coadunava com a imagem de obediência e passividade podia representar.

Com o surgimento da seção Economia Doméstica, a coluna Mosaico passa a ter um viés voltado basicamente para as anedotas. Dentre as muitas anedotas presentes, abaixo há uma extraída de novembro de 1869, que ilustra bem a condição da mulher:

Uma moça casada de pouco tempo estava um dia bocejando muito ao pé de seu marido, que lhe perguntou se estava aborrecida da sua companhia, ao que ella respondeu:

- Não; mas é que como tu e eu não formamos senão um, aborrece-me quando estou só. (novembro de 1869, p. 23)

A existência da mulher como uma parte do homem, ilustra bem a concepção dela ser fruto da costela do Adão. Não há razão pra vida dela sem a presença do amado ao lado: ela só consegue pensar ao lado dele.

Não se pode esquecer que o jornal é destinado à classe burguesa e a manutenção de seus valores. É o que se percebe no conto *O casamento e a mortalha no céu se talha*, publicado em outubro de 1877, por Ernesto de Castro, que mostra um major que está preocupado com sua filha Leonor, já com vinte e quatro anos e ainda sem casar. Os pretendentes vão aparecendo e por motivos diversos o casamento não acontece. Inicialmente o major quer que sua filha case com alguém graduado, mas depois ele prefere que ela se una com um capitalista, que pode lhe garantir um futuro melhor. Em dado momento do texto aparece um pretendente muito requintado que vai jantar na casa do major. Terminado o jantar Leonor vai distraí-los tocando ao piano e como não é boa pianista acaba afastando o pretendente. Ela não era uma esposa perfeita, pois não tocava bem, por isso não conseguia candidatos adequados a sua mão.

Depois de diversas tentativas fracassadas e com vários anos passando o narrador apresenta Leonor na conta de seus vinte e sete anos. Nesse momento do texto o narrador mostra situações típicas da sociedade burguesa da época: os bailes, as conversas entre amigas, os jantares de apresentação dos noivos, as idas ao teatro, as compras nos armarinhos, a ansiedade com o enxoval e a preocupação em casar a noiva

em tempo adequado: "A Leonor ia fazer vinte e cinco anos e, entretanto, ainda estava solteira. Forte caiporismo!" (Jornal das Famílias, outubro de 1877, p. 9).

Um dos pretendentes é recusado pelo pai, por não pertencer à mesma classe social deles, como se percebe no diálogo abaixo:

- Papai eu já estou com vinte e cinco anos e acaba de recusar a minha mão a este moço, por quê?  
Foi o que Leonor perguntou ao major, quando ele contou o facto da recusa  
- Filhinha, então queres casar com um rapaz filho não sei de quem; e que não tem eira nem beira? (Jornal das Famílias, outubro de 1877, p. 11)

Apesar da urgência em casar a filha, a manutenção da classe social é evidente, como se trata de um jornal em que se percebe claramente que serve aos anseios da burguesia o casamento com um homem desafortunado estava fora de questão.

O major resolve o problema: depois de uma viagem ele traz em sua companhia um velhote de cinquenta anos, Ambrósio, "horrrivelmente feio", mas com muito dinheiro. Ele já era viúvo de quatro mulheres, considerado como um Barba Azul e por isso não conseguia mais arrumar um casamento e estava doido por isso. Leonor casa e tem um futuro perfeito: a manutenção da classe burguesa, apesar do matrimônio destituído de relações amorosas.

Em muitas narrativas a mulher é apresentada como submissa, passiva, assumindo completamente o que a proposta do jornal apregoava. Nessas histórias ela obedece ao marido, aceita pacificamente sua condição subalterna em relação a ele e vivem em um casamento marcado pela felicidade e fidelidade, sendo ela a responsável em cuidar do lar, gerenciar a empregada e educar os filhos.

Frederic Mauro caracteriza bem as narrativas do jornal:

Era necessária uma leitura tranquila, de pura fantasia, sem nenhum fundamento na realidade, histórias que acontecessem em um mundo convencional em que os despeitos amorosos eram os únicos sofrimentos onde tudo girava em torno de olhos bonitos, suspiros e confidências trocadas entre damas elegantes. Era o triunfo constante do bem sobre o mal e do amor, contanto que não fosse por interesse. A mulher inconstante e o caçador de dotes eram sempre punidos, e os apaixonados fiéis e sinceros sempre viam a realização de seu amor, sob a forma do casamento (MAURO, 1991, p. 227)

Com isso muitas das histórias de amor, que o jornal apresentava retratam uma imagem dolorida para a constituição da mulher atual: são em geral mulheres brancas<sup>8</sup> que servem àquilo que os homens – pais ou maridos – determinam. Através de enredos simples, a moral teria efeito a partir dos bons exemplos retratados pelas mulheres obedientes, imagem que as leitoras deveriam se basear.

## **DERRADEIRAS LINHAS: O FIM DO JORNAL**

No jornal o que as mulheres pensavam era apresentado, na sua maioria por homens, visto serem eles os principais colaboradores, eram eles os autores que interpretavam e davam sentido ao feminino, por isso muitas vezes essa imagem era estereotipada. O livreiro Garnier atrai o público feminino, trata do pensamento da mulher da época, descrevendo seus interesses e aspirações, mas não entra no mérito da emancipação da mulher. Ele diverte suas leitoras, sem contrariar os pais ou maridos, talvez por isso seu jornal tenha conseguido se manter por tanto tempo, visto não ser barato e não contar com anunciantes.

Jaison Crestani, que escreveu o livro *Machado de Assis no Jornal das Famílias*, assim resume o papel do jornal:

Uma publicação preocupada com a instrução moral, destinada a atender às expectativas de um público majoritariamente feminino, oferecendo-lhe – entre ensinamentos religiosos, receitas culinárias, figurinos de moda, moldes, bordados, desenhos e assuntos de utilidade e recreio – uma literatura amena, essencialmente romântica, determinada a instruir e a emocionar as leitoras, ocupando-lhes o tempo e dissipando-lhes o tédio e as “névoas da melancolia”. (CRESTANI, 2009, p. 66)

O periódico carregava a ideologia da classe burguesa e as leitoras da época lançavam-se nos textos impregnando para si as receitas que o periódico anunciava.

Surge assim a necessidade de voltar-se para esse acervo com olhar não de museu, mas de reflexão, questionando as verdades que o jornal propunha. É necessária a compreensão do arquivo não como algo sagrado a ser incorporado plenamente, mas

---

<sup>8</sup> A maior parte das mulheres presentes nas narrativas é branca. Das 223 narrativas presentes no jornal, apenas três tratam de personagens negras, que não fazem parte da elite da época e nem têm um final feliz.

conforme as reflexões de Foucault, Derrida e Pecheux como um documento que deve ser analisado subjetivamente a fim de compreender os discursos que ele apresenta e as imagens que ele constrói. Daí o título desse texto: é necessário desarquivar (e aqui se aproveita para brincar com a ideia de arquivo como repositório) a imagem da mulher que o periódico apregoava.

No final de 1878, o jornal foi suspenso, provavelmente por não se coadunar com a decadência do Império e a ascensão dos liberais ao poder. Esse fato muda substancialmente a vida de toda a população no Rio de Janeiro, servindo de base para o liberalismo ir paulatinamente revolucionando todos os espaços, não havendo mais motivo para a existência de um periódico que defendia acirradamente a moralização da família burguesa. E assim o jornal que teve várias seções defendendo a moralidade da família, pregando uma imagem preocupante da mulher absorvida apenas com os deveres do lar e com o papel de esposa perfeita, chega ao fim.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Maria Helena Câmara. Leituras das Famílias Brasileiras no século XIX: o Jornal das Famílias (1863-1878). **Revista Portuguesa de Educação**, Braga: Portugal - Universidade do Minho, v. 15, n. 002, 2002.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 320 p.
- CRESTANI, Jaison Luís. **Machado de Assis no Jornal das Famílias**. São Paulo: Nankin: Edusp, 2009
- DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fatima Murad. São Paulo: Edusp., 2009
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil – sua história**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

**JORNAL DAS FAMÍLIAS**, Paris: B. L. Garnier, 1863-1878.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) **Enciclopédia Einaudi**. Porto, Imprensa Nacional, v. I, 11-50, 1984

MAURO, Frédéric. **O Brasil nos tempos de D. Pedro II (1831-1889)** 2 reimpressão. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1982.

PINHEIRO, Alexandra Santos. **Revista Popular e Jornal das Famílias: Dois empreendimentos de Garnier**. (Dissertação de Mestrado). Assis: UNESP, 2007.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.

Artigo aceito em jun./2015.